

CONCEPÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO EM SALA DE AULA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Luiz Eduardo Vieira da Silva ¹
Maria Dolores Fortes Alves ²

RESUMO

No presente artigo que teve como principal objetivo investigar de como se dá o processo de aprendizagem e inclusão de alunos com autismo em sala de aula, apresento questionamento acerca de como o corpo escolar juntamente com a família podem trazer benefícios quando traçadas estratégias para o desenvolvimento dessas crianças. Perante uma metodologia qualitativa de caráter bibliográfico (GIL, 1988). Utilizou-se pensadores clássicos como Piaget (1998), bem como, pensadores contemporâneos, a exemplo de Cunha (2017, 2018, 2019) e Alves (2019) que por meio de suas temáticas, discutem acerca do conteúdo abordado na referida pesquisa, fazendo diferença no atual modelo de Educação Inclusiva e Integradora. Os resultados aqui enfatizados mostram que a socialização e comunicação é uma das áreas mais defasadas devido ao transtorno, podendo causar angústia por parte dos professores que recebem essas crianças em suas salas de aula, causando dúvidas acerca de estratégias e metodologias a serem utilizadas para prover o desenvolvimento sólido e integral das crianças. No certo, pode-se compreender que a inserção dessas crianças no meio social de âmbito escolar promove o desenvolvimento na comunicação e pedagógico, aumentando sua autoestima e o respeito as diferenças por parte dos demais alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Inclusão. Ensino. Professores.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade tratar do ensino e aprendizagem de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que se acontece por um processo de desenvolvimento que se dar no ambiente escolar. Nessa perspectiva, é necessário entender do que se trata a síndrome e como podemos abordar suas especificidades.

A disciplina de educação especial proporcionou a oportunidade de desenvolver, analisar, entender e conhecer o Autismo e suas possibilidades referentes ao desenvolvimento e aprendizagem, evidenciando os possíveis avanços diante dos percalços da síndrome, tendo como experiência o contato direto com essa realidade, com a qual lido em minha experiência profissional atualmente. Sendo assim possível a análise e o contato direto com o objeto de

¹ Graduado no Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Pós-graduando em Ensino, Linguagem e Pluriletramento pela Universidade estadual de Alagoas – UNEAL, luiz.eeduardo@hotmail.com;

² Professora Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, mdfortes@gmail.com;

pesquisa. Através da observação em sala de aula, pude perceber que a organização do tempo e do espaço a princípio é a melhor maneira para se obter um desempenho bem-sucedido em relação ao que vem sendo desenvolvido com esse aluno, práticas pedagógicas, comportamentais, entre outros.

A formação dos professores é algo que merece destaque e atenção, nem todos os profissionais da educação estão preparados para receber crianças portadoras de TEA, é necessário formação e dedicação para prover uma educação de qualidade para aqueles que anseiam por uma alfabetização e muitas vezes apenas uma inclusão escolar, sem que signifique objeto de ensino com a qualidade do ensino que é ofertada. Sem que se tenha um olhar diferente, indiferença e uma preconceito que é enraizado por uma sociedade ingênua.

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. O professor tem a responsabilidade de dar atenção especial e sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas. Deve-se entender que ensino é o principal objetivo do trabalho com crianças autistas. Ensinar coisas funcionais para a criança autista é a essência de um trabalho adequado e a persistência é um grande aliado deste objetivo (CAROLINE, ANNE, ET AL, P. 03, 2014).

Mesmo com as várias pesquisas sobre o autismo, tudo ainda acaba sendo muito incerto, o que se tem por certeza é que entre os sintomas mais visíveis e comuns podem ser compreendidos pela dificuldade de comunicação, interação, interesse obsessivos por determinados objetos, desenhos, entre outros, além da frequência intensa dos movimentos repetitivos que também são conhecidos pelas estereotípias, logo, a identificação precoce, tende a reduzir diversos sintomas, favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, quando se tem o apoio das organizações terapêuticas, educacional e a família.

Apesar do grande número de pesquisas e investigações clínicas realizadas em diferentes áreas e abordagens de trabalho, não se pode dizer que o autismo é um transtorno claramente definido. Há correntes teóricas que apontam o autismo como alterações comportamentais nos primeiros anos de vida normalmente até os três anos e que se caracteriza por alterações qualitativas na comunicação, na interação social e no uso da imaginação, como relevantes para definir o transtorno, mas hoje se tem fortes indicações de que o autismo seja um transtorno orgânico e não genético. Sabe-se que seu diagnóstico é feito por um profissional com formação médica (CAROLINE, ANNE, ET AL, P.02, 2014).

Buscando entender os processos de desenvolvimento e aprendizagem em crianças com Autismo, temos como a problemática “Como se dá o desenvolvimento e aprendizagem no ambiente escolar da criança autista em uma escola de ensino regular?” como objeto de investigação e pesquisa. Embora tenhamos avanços legislativos no âmbito da educação

especial, as mudanças ocorrem de maneira lenta e gradual nas práticas escolares devido a diversas questões como: condições físicas, materiais e humanos, além da própria definição do verdadeiro papel da educação especial no contexto educacional.

Como objetivos específicos foram elencados:

- Analisar os recursos metodológicos e avaliativos dos profissionais da educação para aprimorar o desenvolvimento pedagógico do aluno com TEA.
- Observar a relação entre os alunos típicos e atípicos que contribuem para a realização dos processos pedagógicos e do sujeito como parte de um grupo.
- Investigar a relação entre a família e escola como participantes ativos e em parceria conjunta para se obter resultados satisfatórios do aluno com TEA.

Considerando de grande importância a interação social para o desenvolvimento humano, é notório que na criança com espectro autista esse processo acontece de forma gradativa, sendo um dos pontos que mais interferem no seu desenvolvimento, considerando a relevância dos aspectos sociais da interação para o processo de aquisição da linguagem é indiscutível, tendo em vista que o desenvolvimento da comunicação é fundamentalmente interacional.

Sendo assim, proporcionar as crianças com autismo à oportunidade de conviver com outras crianças isso as possibilita avanços significativos na questão da interatividade, desenvolvendo competências em seus comportamentos dando abertura a novas experiências como meio e evitando o isolamento contínuo.

Os professores podem utilizar como uma estratégia a formação continuada, o apoio familiar em busca de orientação dos pais em relação à escolarização do seu filho, visto que estes se sentem inseguros ao colocarem as crianças em uma escola de ensino regular e ao ter que aprender a lidar com a condição da criança, que ainda é novidade para muitos, a inclusão dessas crianças no planejamento, uma metodologia que possibilite assistência necessária para as especificidades de cada criança possuindo uma didática completamente flexível a todos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O procedimento abordado no artigo trata-se de uma revisão de literatura pois nos remete a uma reflexão sobre o cenário como um todo, compreendendo o contexto e o que se é discutido (GIL, 2002). Interpretando os processos de desenvolvimento das crianças autistas quanto ao social e pedagógico, bem como os profissionais que assumem o papel de mediador

das atividades em diferentes situações. Ressaltando que estamos postos ao estudo das relações que visam atender as necessidades da criança.

Delineando-se em uma abordagem qualitativa, pois busca estabelecer uma relação entre o sujeito e o objeto de pesquisa. Na pesquisa qualitativa não existe uma verdade absoluta, que se reflete por meio de números ou estatísticas, sua análise acontece por meio da argumentação e lógica de ideias (GIL, 2002). O pesquisador ele é a principal referência da atividade, onde se é valorizado todo o percurso e não apenas o resultado, abrindo espaço para a interpretação dos fatos abordados.

Sendo assim buscamos autores renomados em sua área para alavancar as discussões propostas. Foram incluídos como referência autores clássicos e contemporâneos que tratam do desenvolvimento infantil e atípico, assim como sua inclusão no meio social e escolar. Autores nacionais e internacionais através de suas literaturas, artigos, teses, entre outros. Além de leis que buscam garantir o direito dessas crianças para o acesso à educação e contribuir com seu desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PAPEL E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Considerando uma participação plena nas atividades escolares e a construção da aprendizagem nas crianças com autismo, que constituem a sala de aula, é possível inferir que o ambiente pode se tornar para os educadores, em sua maioria, um campo de desafios. Deverá ser pensado e desenvolvido um planejamento específico capaz de incluir aquela criança, buscando atender suas particularidades. Segundo Cunha (2019), os professores podem utilizar como uma estratégia de apoio para as famílias, a orientação dos pais em relação à escolarização do seu filho. Já que se sentem inseguros ao colocarem as crianças em uma escola de ensino regular e ao ter que aprender a lidar com a condição da criança, que ainda é novidade para muitos.

Conforme enfatizado por Cunha (2018) as estratégias de ensino devem ser realizadas com o objetivo de atender a demanda da criança, visando a participação da criança nas atividades realizadas. A adaptação de uma rotina relacionada com o ambiente escolar dispensaria instruções constantes do professor, possibilitando autonomia à criança. Sendo essa uma das propostas em que é necessário compreender as dificuldades que o aluno com autismo

enfrenta. Analisar a necessidade de uma inclusão efetiva mediante trabalho conjunto para aceitação pela turma e desenvolvimento de suas capacidades, objetivando o seu melhor aproveitamento sócio cognitivo.

De acordo com Borba e Lima (2011), estabelecer essa relação entre a criança e professor é importante, e para que isso se dê de maneira mais precisa, são importantes o apoio e a intervenção familiar que servirá de alicerce para esse período de escolarização. Realizando ações e dando sequência as práticas da escola de forma que haja um maior desempenho no desenvolvimento da criança.

Pensando numa proposta pedagógica para essas crianças, também é importante refletir sobre qual metodologia deve ser aplicada a estas, visando atingir de forma precisa suas potencialidades. Mencionado por Nascimento e Monteiro (2015) que é necessário compreende-las para motivá-las. Estimular suas capacidades interativas em que será necessária uma reestruturação do ambiente escolar, que inclui o currículo escolar, o planejamento, espaço e as propostas pedagógicas para receber esse aluno com necessidades educacionais especiais e realizando a inclusão.

O ato de planejar é essencial para que os objetivos que foram traçados perante aquele indivíduo sejam alcançados com êxito, sem margem para algo inesperado, o que pode resultar em uma ansiedade desnecessária para os alunos atípicos. De acordo com Piletti (1990), “Planejar é estudar, nesse sentido estudar é assumir atitudes sérias diante de um problema, procurando pensar e refletir as melhores alternativas de ações possíveis para alcançar os objetivos que são determinados por certa realidade.”

Não é no imobilismo que o professor encontra soluções. Ele diz: “Eu amo meu aluno, isso basta.” Esquece, todavia, que o amor na Educação demanda esforço, pesquisa, busca, criatividade, estudo e prática pedagógica (CUNHA, 2017, p.102).

O planejamento das pessoas envolvidas no contexto das crianças com autismo deve ser fiscalizado pelos profissionais competentes da área, como um modelo de assegurar uma aprendizagem segura e eficiente. Revisando e estruturando conteúdos de acordo com as potencialidade e individualidades de cada aluno, promovendo um ensino com qualidade. De acordo com Nérici (1988),

[...] dar uma visão global e detalhada do ensino a ser levado a efeito em uma atividade, área de estudo ou disciplina; racionalizar as atividades docentes e discentes; tornar o ensino mais eficiente; tornar o ensino mais controlado; conduzir os educandos mais seguramente para os objetivos desejados; possibilitar um



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

acompanhamento mais eficiente dos estudos dos educandos; evitar improvisações; entre outros.

O trecho acima possibilita uma visão mais acentuada sobre a preposição do ensino de uma maneira flexível e dialogada para que se possa ter e alcançar os objetivos e metodologia. Aplicada perante os estudantes que buscam a escola como uma possibilidade de começar a serem inseridos na sociedade e avançar dentro de suas possibilidades sociais e pedagógicas.

Sobre o processo de aprendizagem adquiridos pelas crianças atípicas, Vygotsky (1989) observou que todos somos seres cabíveis de aprendizagem, entretanto com ressalvas, conforme mostrado na citação abaixo:

As crianças com deficiência mental, por exemplo, podem demandar um ensino por mais tempo e procedimentos especiais, podem alcançar um nível menor de aprendizagem, porém, aprenderão o mesmo que todas as demais crianças e receberão a mesma preparação para a vida futura (Vygotsky, 1989, p.118).

Analisando a abordagem feita por Vygotsky (1989) podemos notar a importância do professor no processo de aprendizagem, pois ao conhecer seu aluno e realizar as adaptações necessárias, o aluno pode se desenvolver com as demais crianças. Adquirindo a mesma formação para os anos subsequentes. Com o apoio da família, os resultados poderão ser bem significativos, proporcionando uma aprendizagem integradora.

ESCOLA E FAMÍLIA

Em determinadas situações as famílias passam por momentos de dificuldades e incertezas, principalmente quanto ao futuro do seu filho. A escola ao receber uma criança com necessidade específica precisa também atender as necessidades de seus pais. Uma comunicação rotineira é de fundamental importância para que as casas dessas famílias sejam a extensão da escola e vice-versa. De acordo com Cunha (2019, p.36),

Um filho com necessidades especiais representa muito para a família. Representa cuidados, amor, educação e dedicação. Representa, ainda, grandes desafios, mas com grandes possibilidades de superação. Vê-se que, quanto mais a família é engajada nesse propósito, as possibilidades aparecem. Os avanços em distintos campos têm trazido grandes contribuições para a comunicação, a aprendizagem escolar e a socialização.

Muitas vezes as escolas tem uma cultura de somente convocar os pais para uma reunião (com exceção da reunião de pais) quando o aluno apresenta comportamentos

inadequados ou um baixo rendimento escolar. O ideal seria que também acontecesse o contrário, quando a criança se desenvolve de uma maneira excelente, os pais também se sentiriam honrados em ouvir os elogios por parte dos professores. Motivar e encorajar ainda mais as suas crianças, sendo os reforçadores sociais no processo de ensino-aprendizagem.

Na visão de Piaget (1998), a educação tem o papel de construir e reconstruir a partir do conhecimento do próprio ser humano, ou seja, os sujeitos são peças fundamentais do ser social. A partir das relações que são fecundadas e realizadas pelas interações, o conhecimento começa a se expandir, gerando críticas e dúvidas a respeito de tudo aquilo que até então era visto como concreto. Algo inabalável, mas que aos poucos acaba sendo modelada e ganhando novos rumores, pois as relações são contínuas e se renovam constantemente.

As melhores aulas continuarão sendo letra morta se não se apoiarem sobre a própria experiência, assim como a inteligência das leis da física é impossível sem a manipulação de um material concreto. Quanto à experiência da solidariedade, é necessário que a criança a refaça por si mesma, pois as experiências dos outros – no terreno espiritual ainda mais que no terreno material – nunca instruíram ninguém e, por uma fatalidade da natureza humana, cada nova geração é convocada a reaprender o que os outros já tinham descoberto por conta própria (PIAGET, 1998, p. 66).

As relações sociais são importantes principalmente na primeira infância, pois será onde as crianças irão conjugar e formatizar os seus valores, trazendo consigo essas temáticas como discussões e abordagens. De acordo com a faixa etária irá fortalecer para um sistema educacional de valia muito importante tanto para aquelas que são típicas como para as atípicas.

ALUNO MEDIADOR: ENSINANDO A ENSINAR E APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS

Cunha (2018) alerta sobre a necessidade de ao traçar o plano de ensino individualizado para as crianças que possuem necessidades específicas, devemos levar em consideração todo o corpo escolar que está inserido em sua rotina diária. Saber conviver, respeitar e estimular sempre que possível as suas potencialidades, é algo que sempre devemos ter em mente para proporcionar uma melhor qualidade de vida as crianças.

Dessa maneira, podemos instruir e capacitar os colegas de classe ou de equipe para atividades realizadas em sala de aula ou a realização de jogos cooperativos ou coletivos. Uma

ótima maneira de incluir as crianças com necessidades específicas no contexto social relevante ao âmbito escolar.

De acordo com Ayvazo (2010), ao engajar os companheiros de turma nas atividades escolares em crianças com deficiência tem proporcionado uma ótima experiência e resultados como uma estratégia de inclusão nas escolas. Para que isso aconteça de forma adequada é preciso que se tenha uma preparação com os envolvidos no processo de socialização. A criança capacitada como mediadora no processo de ensino e aprendizagem concebe instruções e orientações com o intuito das atividades serem realizadas de maneira adequada.

A partir desta troca de conhecimentos e experiências podemos ter certeza que o aluno mediador também é ensinado de uma forma bem significativa, já que ele aprende a se colocar no lugar de seu colega, desenvolve o espírito de empatia para a sua vida. Alves (2009) aborda que, “o humano somente se faz humano pelo olhar amoroso de outro humano.” Em uma sociedade marcada pela individualidade, a inclusão de uma criança com necessidades específicas pode proporcionar um ambiente afetivo para todos que convivem com esses sujeitos, despertando a amorosidade e o olhar coletivo perante as peculiaridades de cada indivíduo, sem levar em relação qual seja sua especificidade ou características.

Ainda sobre a perspectiva da atividade prática a ser enfatizado pelo aluno mediador, ele irá realizar a modelagem bem como fornece informações relevantes sobre a prática da atividade. Realizando a atividade e servindo de modelo para que a criança com necessidade específica consiga realizar de acordo com suas habilidades (AYVAZO, 2010).

Se possível, é interessante que seja feito um rodízio e que o maior número de colegas participe do processo de inclusão, para que a criança possa se sentir parte daquele espaço, incluída junto aos demais. Possibilitando um melhor desenvolvimento das suas habilidades sociais e pedagógicas, acompanhando a rotina da sala de maneira leve e prazerosa.

Quando as emoções dominantes do aluno são negativas, se o conteúdo da escola não o atrair, ele se tornará, mas insatisfeito. Entregar-se-á inevitavelmente a prostração. Os seus pensamentos procurarão para ele um lugar de refúgio. O próprio aluno será o idealizador desse lugar (CUNHA, 2017, p.45).

Ainda assim, a inclusão é um processo que se começa por todos com amor, com o coração, e quando você deixa seu espírito caminhar e transcrever o caminho que deve ser feito, inclusão é quando decidimos ser transformados constantemente pelo outro (ALVES, 2009). A inclusão acontece ao compreendermos que as individualidades de cada um, foram parte e completam um todo, feito um quebra-cabeça com infinitas peças que tendem a se encaixar de forma deslumbrante peça por peça.

LEI E INCLUSÃO: DESAFIO DIÁRIO

Embora já estabelecidas legislações que resguardem e contemplem o direito de pessoas com deficiência, os autistas não se enquadravam nessas condições. Devido aos avanços clínicos e incidência de cada vez mais casos sendo diagnosticados ao longo dos anos, após diversas discussões, em 2012 o cenário ganhou um novo rumo, após a aprovação da Lei Federal N° 12.764, sancionada pela presidente da República Dilma Roussef em 27 de dezembro. A lei busca instituir a proteção e garantir uma melhor condição de vida para todos aqueles que se encontram no espectro autista.

Para uma melhor compreensão e entendimento sobre a aprovação da “Lei Berenice Piana”, como a mesma ficou nacionalmente conhecida, segue abaixo os seus artigos e incisos que de forma resumida, tentam atender a necessidade de pessoas com autismo:

Art. 1° Esta lei institui a Política nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece as diretrizes para sua consecução.

§ 2° A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Art. 2° São diretrizes da Política nacional de proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

VII – O incentivo à formação e à capacitação dos profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, bem como a pais e responsáveis;

Art. 3° São direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- a) O diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- b) O atendimento multiprofissional;
- c) A nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) Os medicamentos;
- e) Informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

Ainda assim, sabemos que é pouco, considerando as demandas que tendem a crescer diariamente conforme mostra a taxa de prevalência. Ainda é pouco, conforme podemos observar rotineiramente o descaso em que crianças e adolescentes são submetidos nos espaços sociais. Pouco perante ao que se espera do Poder público Federal, corrigindo os erros do passado que dificultaram ainda mais o desenvolvimento das pessoas com espectro (CUNHA, 2019).

A informação e o conhecimento é o que nos leva a crer em um futuro próspero para aqueles que por muito tempo se encontraram as margens da sociedade. A Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB) por meio do decreto n° 9.394 concedido em 20 de dezembro de 1996 por meio dos artigos 58°, 59° e 60° buscam garantir a permanência desses estudantes em escola de ensino regular de ensino, além de proporcionar uma educação que busque estimular seu desenvolvimento integral.

O art. 58 por meio do §1° afirma que sempre que necessário haverá um acompanhamento de ensino especializado para promover a socialização e o intermédio das atividades propostas pelos professores bem como ajudar na socialização com os demais estudantes. Isso pode ocorrer principalmente em casos de alunos com autismo de grau severo, pois possuem uma dependência para realizar atividades diárias. Por meio de exercícios de treino constante, irão adquirir habilidades que podem leva-los à uma autonomia futura em atividades diárias de sua rotina pessoal, como usar o banheiro, beber água, se vestir, entre outros.

O próximo artigo se caracteriza pela formação e capacitação dos professores para atender seus alunados com deficiência. Art. 59 por meio do §3, busca capacitar os professores para a realização de atividades adaptadas, conviver com o aluno e intermediar o processo de ensino e aprendizagem. Embora o artigo anterior disponibilize um acompanhante de classe, isso não retira do professor a sua responsabilidade e compromisso de desenvolver metodologias que estimulem o desenvolvimento do sujeito. Devem sempre agir em sintonia, como um time de futebol, que depende de todos os envolvidos para alcançar os resultados que almejam no decorrer da partida.

O art. 60 estabelece normas e critérios para instituições privadas que não tem fins lucrativos, por meio de um único parágrafo assegura que o poder público vai ampliar a assistência ao atendimento de alunos com necessidades específicas. Por exemplo, salas de recursos e oficinas para estimular as maiores dificuldades dos alunos com necessidades específicas.

Conforme enfatizado por Cunha (2019), “a prática escolar é uma grande oportunidade para profissionais e familiares construir um repertório com ações inclusivas”. Levando em consideração que esses alunos frequentam as nossas escolas, podemos contribuir de forma significativa para o seu crescimento, elevando suas potencialidades e diminuindo seus déficits sociais e cognitivos. A escola, em comum acordo com as famílias e profissionais que podem acompanhar as crianças em atividades extras, podem são capazes de plantar as sementes e colher bons frutos com a integração e cooperação de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem o papel de construir e reconstruir a partir do conhecimento do próprio ser humano, ou seja, o homem é a peça fundamental do ser social, a partir das relações que são fecundadas e realizadas pelas interações, o conhecimento começa a se expandir, gerando críticas e dúvidas a respeito de tudo aquilo que até então era visto como concreto, algo inabalável, mas que aos poucos acaba sendo modelada e ganhando novos rumores, pois as relações é algo contínuo que se renova diariamente e constantemente.

As melhores aulas continuarão sendo letra morta se não se apoiarem sobre a própria experiência, assim como a inteligência das leis da física é impossível sem a manipulação de um material concreto. Quanto à experiência da solidariedade, é necessário que a criança a refaça por si mesma, pois as experiências dos outros – no terreno espiritual ainda mais que no terreno material – nunca instruíram ninguém e, por uma fatalidade da natureza humana, cada nova geração é convocada a reaprender o que os outros já tinham descoberto por conta própria (PIAGET, 1998, p. 66).

Considerando Piaget com base nas observações realizadas e levando essas informações cabíveis aqueles que são portadores do TEA é muito importante as interações e experiências trocadas a partir do contexto social em que determinado aluno está inserido, aos poucos a prática do preconceito acaba sendo extinta, dando mais autonomia e segurança para valores sociais e comuns, os direitos serão preservados e a diversidade enfatizada em volta do que está sendo discutido, promovendo igualdade dentro da âmbito escolar como um todo.

As relações sociais são importantes principalmente na primeira infância pois será onde as crianças irão conjugar e formatizar os seus valores, trazendo consigo essas temáticas como discussões e abordagens de acordo com a faixa etária irá fortalecer para um sistema educacional de valia muito importante tanto para aquelas que são típicas como para as atípicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. D. F. **Favorecendo a inclusão pelos caminhos do coração: complexidade, pensamento eco-sistêmico e transdisciplinaridade.** Rio de Janeiro, WAK, 2009.

AYVAZO, S. **Assessment of Classwide Peer Tutoring for Students with Autism as an Inclusion Strategy in Physical Education.** PALAESTRA, v. 2 (1), p. 5-7, 2010.

BORBA, A. A.; MATA-LIMA, H. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996. Acesso em: 16 de outubro de 2021.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.

CAROLINE, anne et al. Autismo: **Convívio escolar, um desafio para a educação.** Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba. 2014.

CUNHA, E. **Afeto e aprendizagem: relação de amorosidade e saber na prática pedagógica diversidade.** -4. ed. – Rio de Janeiro: wak Ed., 2017.

CUNHA, E. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade** -7. ed. – Rio de Janeiro: wak Ed., 2018.

CUNHA, E. **Educação na família e na escola: tecnologias, inclusão e ensino; prefácio Marta relvas.** Rio de Janeiro: wak Ed., 2019

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** -4ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

NÉRICI, I. G. **Didática uma introdução.** São Paulo: Atlas, 1988.

NASCIMENTO, F. F., & Cruz, M. L. R. M. (2015). **Da realidade à inclusão: uma investigação acerca da aprendizagem e do desenvolvimento do/a aluno/a com transtornos do espectro autista – TEA nas séries iniciais do I segmento do ensino fundamental.** Revista Polyphonia, 25(2), 375- 390.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagens e representação.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.

PILETTI, C. **Didática geral.** São Paulo: Ática, 1990.